

COMUNISMO OU DEMOCRACIA? UM DIÁLOGO ENTRE ALAIN BADIOU E MARCEL GAUCHET¹

Fernando Fagundes Ribeiro²

Resumo: Em face da crise do neoliberalismo a que assistimos nos dias de hoje, que orientação política tomar? Aperfeiçoar as instituições da representação política para conter os excessos do capitalismo, ou rejeitar a democracia parlamentar como demasiado comprometida com ele, em vista de uma nova forma de organização da sociedade, mais comunal? Num diálogo travado entre Marcel Gauchet e Alain Badiou, publicado em livro recente, essas e outras questões são discutidas, como o significado do comunismo histórico, do capitalismo contemporâneo e o futuro da democracia.

Palavras-chave: Comunismo – Capitalismo – Democracia.

O primeiro é proscrito pelo seu stalinismo e maoísmo suposto, o segundo, relegado como ultraconservador e reacionário. Sua igual rejeição do neoliberalismo não oculta a linha de front que os separa: Alain Badiou, se apoiando sobre a história de uma revolução cultural, real ou imaginada, elabora um programa em sete pontos que proclama o fim do partido, mas resta incerto acerca da forma de organização política. Esta, sem dúvida, não exclui a abolição do Estado, mesmo se admitindo a necessidade de convergência entre "tendências anarquistas" e "tendências organizadoras". Marcel Gauchet, valorizando o debate político, anseia um reformismo ambicioso que articule a democracia e o capitalismo, esse "monstro" um tanto enigmático. O ponto comum a ambos é a rejeição do primado conferido hoje em dia ao economicismo na análise e na prática política. Para Gauchet, as instituições democráticas devem conter os excessos do capitalismo financeirizado hodierno, cuja lógica devastadora se expande em escala mundial. Para Badiou, na trilha de Marx, há uma relação intrínseca entre o capitalismo e a democracia parlamentar, a tal ponto que, para se jogar um fora, há que se jogar fora também o outro. Para Marcel Gauchet, o fenômeno da mundialização não se reduz apenas à esfera econômica. Nele desponta a promessa de um mundo desimperializado, policentrado e sem potência dominante. Para Badiou, a esquerda

¹ Alain Badiou – Um dos maiores filósofos da atualidade. Autor de *Ser e evento*, *Lógicas dos mundos e Imanência das verdades* (tríptico que constitui uma espécie de "Suma ontológica") escreveu também mais de 50 ensaios, romances, teatro. Em política publicou, destacadamente, *A hipótese comunista* e *De que Sarkozy é o nome*, além do *Compêndio de metapolítica*, uma coletânea de textos. Marcel Gauchet - Filósofo e historiador, redator chefe da revista *Le débat*, autor de *O desencantamento do mundo*; *A revolução dos direitos do homem*; *O advento da democracia* em 3 tomos. Publicaram juntos, recentemente, *Que fazer? (Que faire?)*, um diálogo sobre o comunismo, o capitalismo e o futuro da democracia, texto que serve de base para este artigo.

² Departamento de Filosofia da UFF/RJ.

até hoje "só perdeu para si mesma", por decomposição de seu modelo organizacional. Diante da crise do modelo neoliberal a qual assistimos, cabe ainda testar a hipótese comunista buscando corrigir os erros do passado, criando formas novas de construção política que impeçam a queda das revoluções no pesadelo totalitário.

Todo mundo quer mudar o mundo. A questão é: como? Para Marcel Gauchet, temos um instrumento em mãos – imperfeito, mas precioso: a democracia parlamentar representativa. Para Alain Badiou, temos pura e simplesmente que abolir o capitalismo. O capitalismo é uma invenção recente na história humana, uma maneira iniciante de se introduzir os frutos da revolução técnica e industrial na vida coletiva. Como todo início, ele tem algo de primitivo: seus problemas são decodificados e regulados por uma elite detentora do poder. Nesse sentido, a democracia está enfeudada no capitalismo. Atesta-o o simples fato dela ter o costume de prosperar justamente onde o capitalismo está mais avançado.³ Isso se deve, entre outras razões, ao fato da ação política, nesse sistema, reduzir-se às eleições periódicas, o que torna a democracia muito frágil e adaptada às urgências negociadas do capitalismo. Malgrado toda a discussão parlamentar, as decisões que afetam realmente a maioria das pessoas são tomadas em gabinetes fechados, por um grupo "seleto" de políticos, empresários e engenheiros. Na verdade, o regime democrático não impõe nenhum constrangimento ao capitalismo, nenhuma oposição clara, mesmo entre setores da "esquerda". Basta mencionar que não há projeto no interior da democracia de supressão do capitalismo. Ambos têm uma afinidade subliminar, na medida em que requerem igualmente dos indivíduos que se comportem, precisamente, como indivíduos.

Para Gauchet, o termo "capitalismo" é uma noção muito ampla que não pode ser estendida sem confusão. O estado moderno e o direito universal, que o precedem, foram invenções políticas das quais não se deve abrir mão. O capitalismo é uma excrescência do individualismo que não deve ser eliminada (utopia) e sim transformada. Coube e cabe ao desenvolvimento histórico da democracia limitar seus excessos e domesticá-lo, por assim dizer. A democracia, em essência, é o autogoverno das comunidades humanas. (Para Badiou, o verdadeiro nome disso é comunismo.) Há que reconhecer que caminhamos ainda distantes desse ideal, mas essa distância pode se reduzida progressivamente. A experiência do socialismo não deu certo historicamente, e a democracia – aperfeiçoada – será capaz de civilizar a economia, desmistificando os prestígios do capitalismo. O debate público, malgrado todas as suas imperfeições, permite sempre uma melhor decisão no final. Seja lá como for, experimentamos segundo Gauchet um certo pluralismo das vozes (negado por Badiou) ausente nas ditaduras. Há um movimento de longa duração que tem assegurado medidas sociais de proteção aos menos favorecidos. Nossas oligarquias são questionadas. Estamos numa fase difícil, mas não inultrapassável. Comparando com outros tempos, se a desigualdade se manteve, o nível geral do bem-estar material aumentou. Trata-se de curar a

³ Para Slavoj Žižek, uma alternativa a essa correlação seria o Estado chinês contemporâneo, que tende a fundir capitalismo com autoritarismo, o que se configura o "pior dos mundos" possíveis.

situação patológica em que nos encontramos, representada pelo capitalismo financeiro, através de um estudo aprofundado da situação atual, um tanto obscura ainda, mesmo para a esquerda.

Gauchet distingue o comunismo enquanto ideia do comunismo real, como Engels distinguia o socialismo utópico do científico. A passagem de um ao outro implica necessariamente, segundo Marx, a coletivização dos meios de produção, cuja posse privada engendra as desigualdades sociais. Todavia, no anseio de tornar a sociedade uma unidade sem fissura, Gauchet enxerga o risco do totalitarismo, como ocorreu na tomada de poder pelos bolcheviques. Para ele, leninismo é o nome do marxismo na história, e representa uma traição, senão no plano teórico, de forma irrecusável no plano prático. Enquanto Marx pensava a revolução como a evolução de um processo natural pelo qual através das crises sucessivas do capitalismo a classe trabalhadora iria tomando consciência de si, Lenin considera que a revolução deve ser um processo metodicamente orientado, isto é, não natural. Seria essa a grande traição leninista do marxismo, a constituição de um partido de vanguarda revolucionária.

Para Badiou, sem essa ação do partido o capitalismo continuaria vicejando indefinidamente com toda sua carga de injustiças e iniquidades. Pois trata-se de socialismo ou barbárie. No entanto, hoje, mesmo a esquerda parece ter renunciado a pensar uma alternativa possível ao capitalismo, muito embora o panorama geral não tenha mudado, e a crise de hoje remonte à crise de 1929. Contrariamente ao que enxergam os reformistas, aqui “progresso = 0”. E isso não se deve a causas obscuras, conforme supõe Gauchet, não passando do prolongamento de uma mesma contradição. Vivemos numa situação análoga a de antes da Primeira Guerra Mundial quando o próprio Lenin já discorrera sobre o desenvolvimento autônomo do capital financeiro em *Imperialismo: Estado supremo do capitalismo*. A mundialização, portanto, não é de hoje. O capitalismo retoma seu caminho após o pânico que forçou a concessão do Estado de Bem-Estar Social ante o espectro do comunismo que rondava a Europa no pós-guerra. Nos anos 1980, as oligarquias retomaram o controle com o abalo de seu adversário comum: o comunismo. Não devemos aceitar portanto, de modo algum, a tese do caráter "enigmático" da situação. É isso que nos leva a aceitar medidas políticas ruins como se fossem fatalidades ditadas pelos economistas.

Duas mundializações

Para Gauchet, ao contrário, é preciso nuançar a análise histórica, e reconhecer duas mundializações diferentes: 1) *1880-1914*: aquela do imperialismo francês e inglês; e 2) *Queda do muro de Berlim*: que terminou engendrando um policentrismo político mundial, quando países como o Brasil, Índia e África do Sul passaram a se tornar outros agentes políticos a serem considerados. Sem admitir a relevância desta diferença, Badiou confiaria demasiado na narrativa marxista, que é falsa segundo Gauchet, e nas perspectivas de Lenin que não abarcam o estado atual do capitalismo.

Com a modernidade, a referência à transcendência se apaga na imanência do jogo político. O poder não vem mais de cima, mas emana de baixo. Ele passa a ser concebido como uma expressão da sociedade. Por fim, o parlamentarismo e o sufrágio universal acabam preponderando sobre a monarquia absolutista. Essa narrativa que descreve a modernidade como passagem da heteronomia própria dos regimes teocráticos para a autonomia, pressuposto da democracia, é do ponto de vista marxista uma forma ideológica de se interpretar a história. Para Marx, a modernidade está longe de ser o momento em que a humanidade conquista a liberdade após séculos de sujeição e rudes esforços, mas consiste apenas na passagem de um regime de opressão a outro.⁴

Ambos os discursos se inscrevem na modernidade, quando a figura de Deus não opera mais como uma referência necessária e hierarquizante. Desde então, os indivíduos são levados a arbitrar seus destinos por si próprios. Mas essa passagem da heteronomia para a autonomia gerou uma série de novas separações. Os interesses do mercado não uniram a humanidade num vetor de progresso material comum; e a representação política terminou por reeditar as assimetrias tradicionais, onde alguns membros privilegiados da elite decidem acerca da situação da maioria. Estamos nas antípodas de Rousseau, que imaginava que o contrato social promoveria uma espécie de harmonia coletiva. Concretamente, alienação econômica e política foi ao que nos conduziu as promessas das Luzes, com seu ideal de democracia representativa e livre mercado.

Comunismo e religião

Para Marcel Gauchet, os impasses flagrantes da modernidade levaram à busca da recuperação de uma unidade à maneira das formas religiosas no interior mesmo dessa

⁴ ŽIŽEK. *Um mapa da ideologia*. p. 310. Em seu texto, "Marx, inventor do sintoma", Žižek assinala, evocando um comentário de Lacan no *Seminário XVI* que o fetichismo das relações pessoais do período feudal (que dissimulava a dominação e servidão social) não foi realmente suprimido na época moderna, tendo apenas se "deslocado" para a relação entre mercadorias. Segundo essa perspectiva, que recorre à lógica do sonho psicanalítica, o sujeito moderno se experimenta livre, exercendo sua espontaneidade pessoal, mas age concretamente segundo a economia. Ou seja, enquanto a relação entre pessoas no capitalismo é desfetichizada, cada um agindo como livre sujeito de interesse, a relação entre mercadorias se torna fetichizada. "É preciso buscar a descoberta do sintoma na maneira como Marx concebeu a passagem do feudalismo para o capitalismo. Com o estabelecimento da sociedade burguesa, as relações de dominação e servidão são recalçadas: formalmente, parecemos estar lidando apenas com sujeitos livres, cujas relações interpessoais são isentas de qualquer fetichismo; a verdade recalçada – a da persistência da dominação e da servidão – emerge num sintoma que subverte a aparência ideológica de igualdade, liberdade e assim por diante. Esse sintoma, o ponto de emergência da verdade das relações sociais, são precisamente as "relações sociais entre coisas": "Em vez de aparecer e em quaisquer circunstâncias como suas próprias relações mútuas, as relações sociais entre indivíduos disfarçam-se sob a forma das relações sociais entre as coisas" – aí temos uma definição precisa do sintoma histórico, da "histeria de conversão" que é própria do capitalismo."

modernidade contestada. Enquanto os totalitarismos nazifascistas buscaram recompor essa unidade através de um apelo ao passado, o comunismo forjou a ideia de um homem novo, numa comunidade por vir. Não restaria menos indisfarçável a convergência entre os projetos. São ambas religiões seculares, que surgiram com o intuito de resolver o impasse acerca de como restaurar um sentido de comunidade na imanência moderna. Eles constituem uma espécie de "esquizofrenia política" ao tentar fundir autonomia com heteronomia.

Badiou não nega a existência de elementos comuns ao nazismo e ao comunismo soviético (despotismo do partido único; polícia política; imaginário militar [todos os quadros políticos usam roupas de soldado], terror contra opositores e mesmo camponeses etc.). De um ponto de vista histórico, há em comum igualmente o fato de que eles emergem da crise dos parlamentarismos imperiais pós-Primeira Guerra Mundial. Alemanha, Rússia e Itália saíram desse conflito como perdedores. No entanto, é vão buscar uma estrutura comum formal entre o que difere radicalmente sobre o plano dos valores mobilizados, das subjetividades em presença e da significação internacional de sua ambição.

Badiou alerta para o fato do significante "religião" ser aplicado hoje, de forma indiscriminada, a tudo que se assemelhe a convicções fortes, rejeitando de antemão tudo que não corrobora a democracia parlamentar. É uma etiqueta cômoda para se afastar de saída políticas autenticamente emancipatórias. "Religião", muitas vezes, é um rótulo que lança uma suspeita do que vai contra o consenso dominante.⁵ De resto, há uma grande diferença entre o discurso do profeta e aquele do militante.⁶

O que Badiou entende por "comunismo"

Há 3 elementos que servem de base para uma definição genérica do comunismo: 1 - a convicção de que é possível retirar o devir da humanidade inteiro da empresa malfazeja do capitalismo. O peso decisivo da propriedade privada, o jogo descontrolado da concorrência dos interesses, a busca desenfreada do lucro como a única lei da atividade, os ditames do monopólio econômico e financeiro, tudo isso gera em conjunto desigualdades incontestáveis e monstruosas. Na realidade, o ambiente liberal não é menos patológico que

⁵ ŽIŽEK, *Alguém disse totalitarismo?*, pp. 8-9. Psicanalizando o fantasma do "totalitarismo", recorrente em pensadores até acolhidos hoje pela esquerda, como Hannah Arendt (o que seria impensável tempos atrás), Žižek formula uma crítica análoga a de Badiou: "Hoje, a referência à ameaça "totalitarista" sustenta um tipo de *Denkverbot* (proibição ao pensamento) tácito (...) – se o sujeito demonstra uma inclinação mínima para se envolver em projetos políticos que visam desafiar seriamente a ordem existente, a resposta imediata é: por mais benévolo que seja, isso vai levar necessariamente a um novo *gulag*!". O "retorno à ética" na filosofia política atual explora vergonhosamente os horrores do *gulag* ou do holocausto como espectro definitivo para nos fazer renunciar a qualquer engajamento radical sério. Desse modo, os salafários liberais conformistas podem sentir uma satisfação hipócrita na defesa da ordem existente: eles sabem que existe corrupção, exploração, etc., mas cada tentativa de mudar as coisas é considerada eticamente perigos e inaceitável, porque ressuscita o fantasma do "totalitarismo"".

⁶ Acerca dessa diferença segundo Badiou, reportar-se ao anexo.

o dos chamados "totalitarismos". Hoje, 10% da população detém 86% dos recursos globais, e essa desigualdade tende a crescer. Isso é inaceitável.

Em segundo lugar, "comunismo" significa afirmar que o Estado, com seu aparelho coercitivo separado, transcendente, não é a única forma de se estruturar as sociedades humanas. Há que ultrapassá-lo de algum modo, conforme a tradição marxista clássica preconiza.

Em terceiro lugar, "comunismo" enuncia que a divisão, ou as divisões do trabalho (execução X gestão; trabalho manual X trabalho intelectual) não é, ou não são, uma necessidade absoluta para se organizar o sistema de produção. A hipótese comunista implica uma aposta e uma busca de unificação, num processo histórico real determinado, desses 3 elementos articulados: desprivatização do processo produtivo, perecimento do Estado, reunião e polimorfia do trabalho. Tudo isso, afirma Badiou, dentro da mais estrita observância da ortodoxia marxista.

A hipótese comunista é portada por um sujeito coletivo, formado pelo conjunto de todos aqueles que se afirmam comunistas. Na herança marxista é o proletariado; no maoísmo, as massas, termo dotado de uma significação mais abrangente. Segundo Badiou, o sujeito coletivo que porta a ideia comunista eterna deve poder se encarnar em formas diferentes.⁷

Do ponto de vista da organização, evocando um retorno a Marx, Badiou destaca 4 ensinamentos fundamentais:

1) Ainda que marcando sua diferença, os comunistas não devem se destacar do movimento histórico que os tornou possíveis, encerrando-se num partido como num vaso fechado. Contra a noção (leninista) de vanguarda revolucionária, Mao afirmava que o partido não é nada se não se acha inteiramente imerso nas massas populares, de onde ele extrai sua existência e suas ideias programáticas e táticas. Um partido comunista é uma contradição nos termos, pois o partido tende, por uma necessidade estrutural, a reintroduzir uma orientação rígida para um centro transcendente destacado. "O um, diz Badiou, é meu principal adversário, tanto do ponto de vista metafísico quanto político." O que não significa endossar a desorganização anarquista... É preciso formas de intervenção ao mesmo tempo coerentes e eficazes.

⁷ Quem será o sujeito revolucionário *hoje*? É uma questão espinhosa. Em seu esforço de reatualização do marxismo, Moishe Postone recusa a ideia do proletariado como classe revolucionária na contemporaneidade. Segundo afirmou numa palestra no RJ, "não há sujeito revolucionário *a priori*". Jacob Gorender também recusa a ideia de que o proletariado, entendido no sentido marxista estrito de classe produtiva industrial, ainda possa ser considerada a classe universal revolucionária. Enquanto Marx supunha que o proletariado crescerá com a indústria, a partir dos anos 1970, com as novas metodologias fabris e automação, ligada à informática, a indústria cresceu mas esta classe trabalhadora se reduziu. O termo "assalariado", proposto por Mandel, se revela também insuficiente aos olhos de Gorender, devido à diversidade demasiada ampla do termo, que abarca desde altos executivos muito bem remunerados até os que vivem, ou tão somente sobrevivem, de salário mínimo.

2) Trata-se de uma orientação, não de uma direção geral. Os comunistas devem saber circunscrever os contornos políticos de uma situação presente, ao invés de proclamar inflamadamente utopias por vir. Por ocasião de um levante, é necessário antecipar o que pode acontecer e se resguardar de meros impulsos negativos que acabam devolvendo as coisas ao seu estado inicial.

3) O terceiro critério define o "comunismo" por sua lógica internacionalista, ainda que os comunistas estejam sempre vinculados a movimentos de emancipação locais. Em linhas gerais, eles não devem agir segundo interesses regionais, nacionais, mas conceber a contribuição internacional de sua ação.

4) Os comunistas defendem uma estratégia global, de matriz anticapitalista.

Democracia e capital

Gauchet também quer transformar o mundo, mas para ele a abertura de um novo possível através da limitação do capitalismo pode ser efetuada, de forma mais segura e duradoura, no âmbito da democracia mesmo, como atesta a evolução histórica gradual dos direitos dos trabalhadores quando comparados àqueles dos primórdios da revolução industrial. Badiou não crê que a democracia parlamentar atual, tal como a conhecemos e é praticada, possa servir para esse propósito. Ela se acha constitutivamente, *ab ovo* por assim dizer, sob a autoridade do capital. Não se deve crer que com a democracia teríamos chegado enfim a um regime final de imanência que levaria em conta a ausência do grande Outro (numa linguagem lacanianiana), ou a morte de Deus (para falar como Nietzsche). Este modelo da representação política não garante sequer, como pretende Gauchet, a sustentação do princípio moderno de autonomia.

Para Badiou, há um grande Outro que se dissimula por trás da democracia representativa: o grande Capital. Como Marx já dizia, a democracia sempre esteve e estará ligada ao Capital. Na verdade, o sujeito de interesses capitalista sempre se harmonizou muito bem com os governos "democráticos". A oposição clamada e reclamada pelos liberais é portanto de superfície. Nunca houve, historicamente, democracia sem capitalismo consolidado; depois da derrocada do socialismo, assistimos por toda parte do mundo a vinculação crescente entre o capital e seus representantes políticos.

Para Marcel Gauchet, essa aliança nociva não diz respeito à democracia do ponto de vista de seus princípios. Seu modo de organização permite, mesmo de forma não isenta de dificuldades, é claro, retomar as rédeas da situação, controlando os ímpetos anárquicos do capital. É preciso, segundo ele, abrir uma terceira era do reformismo democrático, garantindo um regime de Segurança social como em 1945. É possível, e hoje mesmo necessário, controlar politicamente a economia.

Para Badiou, a democracia atenua as contradições vivas, impedindo qualquer transformação social de amplitude. Há dois partidos de governo, um de esquerda, mais distribucionalista, e um de direita. Nos extremos, a chamada extrema esquerda, que rejeita o

capitalismo, e a extrema direita, que adota a ideologia identitária, nacionalista e mesmo racista/sexista/homofóbica. A política parlamentar “consiste em dizer que o poder de Estado deve ser confiado aos dois partidos de governo que constituem, em realidade, um grande centro mole e invariante”. É o chamado “consenso democrático, que nada mais é do que o acordo tácito que suporta uma triste realidade: a de que, seja quem estiver no poder, o capitalismo permanecerá intocado” Pois, em sua generalidade, os partidos convocados ao poder concordam que a propriedade privada deve prevalecer sobre o bem público. “A lei da democracia parlamentar é a do sufocamento de uma alteridade forte.”⁸ O pluralismo democrático, no fim das contas, não é senão de nuances, apenas toleradas pelo capitalismo.

Marcel Gauchet insiste sobre a fecundidade do pluralismo democrático, que não faz calar a oposição, como nos totalitarismos. Há possibilidade de invenção política na longa duração, através dos revezamentos do poder, possibilidade que requer ainda ser explorada. A democracia incorpora o adversário, ela não cala a multiplicidade de vozes, e isso é fundamental para uma transformação prudente da sociedade.

Badiou por sua vez, contrariamente ao que se diz sobre ele, não se considera um radical e sempre se apresenta disposto a pesquisar, discutir e recolher pontos de vista contraditórios. Ele reputa terroristas aqueles que se fecham a toda possibilidade de diálogo. Contudo, ele considera que a dialética da prudência e da audácia de Gauchet não leva em conta os verdadeiros inimigos, que no momento são majoritários.

Enfim, Badiou considera Gauchet um adversário, mas não um antagonista. Ambos são minoritários e desejam a transformação do mundo hoje ameaçado pelos excessos do individualismo e do capitalismo. Gauchet, a mudança deve se realizar à luz de um reformismo ele próprio reformado de modo que ponha freios no mercado, que não seria desde então nosso grande Outro; Badiou, pela reativação da hipótese comunista e abolição do capitalismo.

A crise atual

Vivemos, segundo Gauchet, numa situação absolutamente original em relação a 1930. (A conversão da China ao capitalismo data de antes da queda do muro de Berlim). O capitalismo e a democracia afinal se impuseram, mas não sem problemas. Como interpretar essa genealogia? Segundo ele há dois períodos consideráveis na história democrática moderna:

1945-1975: Estabilização política das democracias ocidentais. Após o capitalismo de extorsão do início, explorador dos recursos naturais e da força de trabalho, surge um capitalismo de distribuição fundado sobre o aumento do salário. É a era do consumo, cujo

⁸ BADIOU. “Ce soir ou jamais!”.

bem estar levou os estados a confiarem no avanço do capitalismo. “Uma nova mentalidade política se instala nos espíritos; o crescimento é erigido como alvo coletivo prioritários.”⁹

1970 em diante: Escalada do individualismo, juntamente com os "direitos do homem", ambos resultantes do empuxo liberal. Mas um indivíduo não tem só direitos, ele tem também interesses.¹⁰ A vertente econômica das liberdades passa ao primeiro plano. “Não se pode separar o triunfo da lógica dos direitos pessoais do princípio da maximização do interesse das pessoas. É assim que se vai da sociedade de direitos à sociedade de mercado.”¹¹ (BADIOU, GAUCHET. 2014, p. 89) Este atua como uma espécie de árbitro mais ou menos automático das demandas e ofertas dos agentes implicados. Esse mecanismo não é novo, apenas a sua expansão em escala planetária.

A crise do início do século se coloca sob o signo do político tentando organizar a vida, num movimento histórico onde as massas desempenham um papel constitutivo. A crise atual se coloca num horizonte inverso: evaporação das massas, perda do coletivo, reivindicação ilimitada das liberdades individuais. É o indivíduo contra o Todo, o que passa pela juridificação crescente das relações econômicas e sociais. O direito defendia o coletivo, hoje ele é o braço armado do indivíduo "contra" o Estado e as demais pessoas físicas e jurídicas.

O capitalismo contemporâneo é corroído pela globalização econômica e financeira, que permite aos capitais se evadirem das normas definidas ao seio dos espaços nacionais. Uma multinacional pode ditar as regras para um Estado, caso decida ou não nele investir. Implora-se para o capital que ele venha, e que não vá embora. Os organismos econômicos adquiriram um campo de ação expandido, quase ilimitado. É o faroeste mundial. No período de 1945-1975, existiam mecanismos de negociação via sindicatos, Estados etc., que geravam a redistribuição. Com a gangrena do sistema financeiro internacional, temos um capitalismo de predação, em crise permanente, mobilizado por mecanismos que escapam ao controle e que tornam a democracia formal uma cleptocracia na prática, onde os maiores ladrões não são os negros pobres amontoados nas prisões, mas os poderosos que ocupam o centro da ação pública.

A essência da política não é o debate, como querem os "democratas", mas a decisão. Quando os atores da sociedade decidem acerca do seu destino comum, isso é o que se chama democracia segundo Gauchet, e comunismo, para Badiou. Infelizmente, vivemos hoje numa democracia da fala, mas numa oligarquia dos que decidem.

⁹ BADIOU & GAUCHET. *Que faire? Dialogue sur le comunisme, le capitalisme et l'avenir de la démocratie*, p. 89

¹⁰ FOUCAULT, *Nascimento da biopolítica*, p. 89. Em *O nascimento da biopolítica*, Foucault assinala o quanto essa escalada do sujeito de interesse acarretou, de forma concomitante na sociedade, a escalada das preocupações gerais com dispositivos de segurança. "O liberalismo vai se ver obrigado a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diversos interesses – individuais no que têm de divergente uns dos outros, eventualmente de oposto – não constituirão um perigo para todos. Problema de segurança: proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo."

¹¹ BADIOU & GAUCHET. *Que faire?...*, p. 89

Anexo

O Discurso do militante/apóstolo segundo Badiou/Paulo

Freud assemelhava o "comunismo" a uma ilusão religiosa. Mesmo buscando inicialmente (como a psicanálise) compreender o comportamento humano sem apelo a qualquer princípio "metafísico", ao se pretender uma Visão de Mundo plena e acabada, erigindo uma imagem idealizada do homem e do paraíso terrestre por vir, o marxismo historicamente existente se tornou aparentado ao fundamentalismo religioso.

Exatamente da mesma forma como a religião, o bolchevismo deve também oferecer aos seus crentes determinadas compensações pelos sofrimentos e privações de sua vida atual, mediante promessas de um futuro melhor, em que não haverá mais qualquer necessidade insatisfeita. Esse paraíso, no entanto, tem de ser nesta vida, ser instituído sobre a terra e ser descerrado num tempo previsível. Convém lembrar, contudo, que também os judeus, cuja religião nada sabe de uma vida após a morte, esperavam a chegada de um Messias sobre a terra, e que a Idade Média cristã, muitas vezes, acreditava que o Reino de Deus estava próximo. (Questão de uma Weltanschauung, conf. XXXV)

Anunciador de uma nova era onde os antagonismos de classe seriam suprimidos, o militante socialista apareceria assim como o "profeta dos tempos modernos" – tempos em que "Deus está morto" – a preconizar uma utopia em si mesma irrealizável, como atesta tristemente o fracasso histórico da revolução. Para Freud, de forma geral, o malogro dos totalitarismos do século XX desnudaria uma dimensão patológica intrínseca ao projeto de uma sociedade sem fissura, firme como um feixe. Mas será adequada essa assimilação sumária do discurso do militante ao do profeta? Em seu livro *São Paulo, a fundação do universalismo*, Badiou o contesta.

O sábio, o profeta, o militante e o místico

O livro de Badiou é menos acerca de religião que de política. Seu intuito é determinar o que é um militante, através da análise da relação entre a singularidade do evento da ressurreição e a instauração prática do universalismo cristão. Badiou explora o núcleo subversivo da seita cristã, subversivo na medida em que a mensagem de amor proposta pelo Filho e difundida pelos apóstolos se contrapunha à ordem grega imanente e à lei judaica transcendente. Para Paulo, grego e judeu designam menos duas formas de religiosidade

(politeísta/monoteísta) ou mesmo dois povos, do que duas disposições subjetivas, configurando assim dois discursos. Esses discursos são mencionados em vista da introdução de um terceiro discurso, que se contraporia ao do sábio ou filósofo grego, bem como ao do profeta judaico: o discurso apostólico, ou mais genericamente, do militante.

O discurso do profeta está ligado ao sinal que aponta obscuramente para uma transcendência sobrenatural, enquanto o discurso do sábio se fundamenta na ordem cósmica. Se o primeiro constitui uma exceção à ordem natural que se reflete no caráter excepcional do povo eleito, o segundo se funda na evocação dessa ordem.

Malgrado suas diferenças, Paulo assinala que esses discursos são duas faces do mesmo sistema de dominação, cada qual pressupondo o outro implicitamente. Afinal, falar em exceção à lei natural requer a referência à natureza. Ambos discursos impossibilitam a verdadeira universalidade, além de basearem a salvação no recurso a uma lei, seja aquela extraída do conhecimento da totalidade natural, seja a que orienta a decifração dos signos.

Para se atingir uma lógica universal da salvação, como assinala Paulo: “É preciso partir do acontecimento como tal, que é acósmico e ilegal, que não se integra a nenhuma totalidade nem é signo de nada.”¹² Nesse caso, o discurso do Pai, ou da Lei, há que ser substituído pelo discurso do Filho, isto é, daquele que cria o mundo por vir e se confunde com o que poderíamos denominar o “discurso do militante”. Só ele poderá nos conduzir à verdadeira universalidade.

Para Paulo, o discurso do Filho, sendo novo, nos intima a desconfiar das formas de dominação como a profética (judaica), e a filosófica (grega). Enquanto Pedro privilegiava os judeus e sua tradição e João o *logos* grego, a preocupação de Paulo foi a de traçar uma diagonal a esses discursos, o que não quer dizer uma síntese. Surge daí uma terceira figura, que se opõe à dominação em geral, e constitui propriamente o discurso apostólico.

Um apóstolo não é o testemunho empírico de um fato que ele reteria na lembrança. Paulo, por exemplo, não conheceu Cristo, mas isso não importa. Afinal, a memória é sempre retroativa e seletiva, justifica tudo e daí não resolve nada. Para um apóstolo, muito mais importante do que os fatos históricos é a declaração feita em seu nome de que o que aconteceu, aconteceu *em vista das possibilidades atuais de uma situação*. Para Badiou, “ao contrário do fato, o acontecimento somente é mensurável de acordo com a multiplicidade universal da qual ele prescreve a possibilidade. É nesse sentido que ele é graça, e não história.”¹³

O apóstolo é aquele que nomeia o acontecimento como possibilidade, mantendo-se fiel a ele. No caso de Paulo, a boa nova trazida pela ressurreição é a de que nós podemos vencer a morte. Mas essa Verdade não é da ordem de um saber, e sim de “um ponto real que coloca a língua num impasse.”¹⁴ Para as linguagens estabelecidas (como a filosófica e a profética), esse acontecimento é inominável.

¹² BADIOU. *São Paulo: A fundação do universalismo*, p. 53

¹³ BADIOU. *São Paulo...*, p. 55.

¹⁴ BADIOU. *São Paulo...*, p. 55.

Mas o discurso militante de Paulo não se contrapõe apenas ao discurso judaico dos sinais e à sabedoria filosófica. Ele se opõe igualmente ao discurso do anti-filósofo Pascal, que funde aspectos da experiência interior mística e da "prova" argumentativa.

Paulo e Pascal têm em comum a convicção de que "a declaração fundamental diz respeito a Cristo", mas as semelhanças param por aí.

1) Enquanto, para Pascal, Cristo é um mediador que nos conduz ao conhecimento de Deus; para Paulo, Cristo é uma vinda, um acontecimento (como a Revolução) que "interrompe o regime anterior dos discursos" e através do qual somos libertados da lei (para Paulo o homem é "ou escravo ou filho").

2) Enquanto para Pascal o discurso cristão implica o conhecimento de nossa miséria, para Paulo, nossa miséria consiste em estarmos subordinados à lei. Além do mais, não se trata aqui tanto de conhecimento, mas do acontecimento de um sujeito.

Se Pascal quer equilibrar a "loucura cristã" através do deciframento racional do *Antigo Testamento* em que milagres e profecias atuam como uma forma de convencimento argumentativo, Paulo rejeita as profecias e a sabedoria, apresentando-se como alguém que "desenvolve uma imagem subjetiva subtraída dos dois".¹⁵

"Nem os milagres, nem a exegese racional das profecias, nem a ordem do mundo têm valor quando se trata de instituir o sujeito cristão."¹⁶ Para Paulo, é a ausência de prova e a exigência de fé que caracterizam este sujeito. Cristo é incalculável, e mesmo os milagres não são prova fundamental, mas sim a "convicção que entranha numa fraqueza".

O misticismo como experiência interior, contato inefável com a divindade, não satisfaz Paulo. O discurso mudo do místico, que constituiria um quarto discurso (evocado por Pascal) tampouco poderia sustentar uma militância, isto é, um discurso revolucionário. Paulo não é obscurantista, se entendermos por isso um discurso pronunciado que busca se legitimar a partir de um discurso não pronunciado – no caso de Pascal, mascarado ainda por cima por um cálculo de probabilidades feito para fascinar o libertino "racionalista". Enfim, contra a perspectiva "mística", Paulo introduz que "não é a singularidade do sujeito que faz valer o que ele diz, é o que o sujeito diz que funda a sua singularidade".¹⁷

Enquanto a anti-filosofia de Pascal opta pela exegese convincente, pela certeza dos milagres e pelo sentido íntimo como aspectos de uma prova para convencer o sujeito cristão na época da ciência positiva (século XVII), Paulo considera que a força da convicção do discurso é de outra ordem, fundada unicamente na potência ilimitada do acontecimento, e terá "a rudeza pobre da ação pública, da declaração nua, sem qualquer outro prestígio a não ser o seu conteúdo real".¹⁸

¹⁵ BADIOU. *São Paulo...*, p. 55.

¹⁶ BADIOU. *São Paulo...*, p. 62.

¹⁷ BADIOU. *São Paulo...*, p. 62.

¹⁸ BADIOU. *São Paulo...*, p. 62.

COMMUNISM OR DEMOCRACY? A TALK BETWEEN ALAIN BADIOU AND MARCEL GAUCHET

Abstract: In front of the crisis of the neoliberalism in nowadays, what political orientation to get? To improve the institutions of the political representation to control the excesses of the capitalism, or reject the parliamentary democracy as too much compromised with it, searching a new form of society's organization, more communal? In a dialogue between Alain Badiou and Marcel Gauchet, published in a recent book, these and others questions are treated, like the meaning of the historical communism, the contemporary capitalism and the future of the democracy.

Keywords: Communism – Capitalism – Democracy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADIOU, A. & GAUCHET, M. *Que faire? Dialogue sur le comunisme, le capitalisme et l'avenir de la démocratie*, Paris : Philo Editions, 2014.

_____. “Ce soir ou Jamais!: Alain Badiou, Marcel Gauchet: Le débat”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zCo6TTabuo4>. Data de acesso: 06 de jun. 2016.

BADIOU, A. *A hipótese comunista* São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *São Paulo: A fundação do universalismo*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Quel communisme?*, Paris: Bayard, 2015.

FOUCAULT, M. *O nascimento da Biopolítica*, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREUD, S. *Questão de uma Weltanschauung, conf. XXXV*, São Paulo: Imago, 2010.

GORENDER, J. *Marxismo sem utopia*, São Paulo: Ática, 1999.

LENIN, V. *Que fazer?*, São Paulo: Boitempo, 2012.

POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*, São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. e ENGELS, F. *O manifesto comunista*, São Paulo: Boitempo, 2007.

ŽIŽEK, S. *Alguém disse totalitarismo?*, São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. “Por que Marx inventou o sintoma?”, in ŽIŽEK, S. (ed.), *O mapa da ideologia*, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *Eles não sabem o que fazem*, Rio de Janeiro: Zahar, 1992.